

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1º

Objeto

1. De acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, o objeto do contrato consiste na aquisição de serviços de assistência a banhistas em 2022/2023.
2. A prestação enquadra-se no âmbito da atividade das Piscinas Municipais Fernando Cunha.
3. Horas de serviço de apoio a banhistas:
 - a. Inverno – 1080;
 - b. Verão – 443;
4. O número de horas referido, poderá ser reajustado no desenrolar da execução do contrato, em função de alterações que venham a ser introduzidas, podendo ser ajustadas ou deixarem de existir de acordo com as necessidades.
5. A prestação de serviços inclui todos os bens e materiais necessários à sua execução, nomeadamente os recursos humanos e materiais a afetar à prestação.

Artigo 2º

Local de prestação do serviço

1. O objeto do contrato será prestado nas Piscinas Municipais Fernando Cunha.
2. A estas prestações de serviços poderão ser integrados outros locais, no decorrer da execução do contrato, caso se verifique fundamentada necessidade.

Artigo 3º

Prazo da prestação de serviços

1. O contrato tem início em 1 de maio de 2022 e termo a 30 de abril de 2023, ou quando se esgotar o número horas ou valor global contratado, de acordo com a lista de preços unitários aprovados.
2. A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executada durante o período do contrato, em referência às datas de início e fim definidas, às interrupções previstas no plano de atividades e a todas as indicações fornecidas pelo município ao longo do ano.
3. Se o adjudicatário não prestar o serviço objeto do contrato dentro do prazo proposto sem que exista motivo plausível e aceite pela entidade adjudicante, fica sujeito à aplicação das respetivas penalizações previstas na lei e no presente Caderno de Encargos.
4. O contrato pode ser objeto de 1 renovação, mediante comunicação do Município de Torres Novas, 30 dias antes do termo do contrato, e declaração de aceitação do prestador de serviços, não podendo a sua duração, incluindo eventuais renovações, exceder os 24 meses, ou o limite legal do procedimento.

Artigo 4º

Preço base do procedimento

1. O preço base de adjudicação pela execução dos serviços que constituem o seu objeto, para o prazo de execução referido no artigo anterior é 7,5€/hora, num total de 11.422,50€ + IVA (onze mil, quatrocentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos + IVA), pelo período de 12 meses.
2. Atendendo a que o presente procedimento prevê uma renovação contratual, o valor base estimado será 22.845,00€ o indicado abaixo, excluindo o valor do IVA.
3. O preço base do procedimento não pode, em qualquer caso, ser superior aos valores indicados em cima, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
4. O Preço ou custo de uma proposta será considerado anormalmente baixo tendo em conta do desvio percentual de 10,00%, em relação ao preço base, isto é 6,72€/hora, valores sem IVA.

Artigo 5º

Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total do serviço são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no presente Caderno de Encargos.
2. O preço do serviço prestado corresponderá ao produto do preço unitário pelo número de horas de serviço prestadas, aferido mensalmente, em função dos dias, das interrupções e alterações decorridas.
3. O adjudicatário enviará mensalmente à entidade adjudicante, com a antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento, as faturas discriminadas referentes ao número de horas e elementos justificativos do montante a pagar.
4. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 15 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
5. O pagamento das faturas será efetuado no prazo máximo de 30 dias contados após a sua entrega, de acordo com o nº 1 do artigo 299º do CCP.

Artigo 6º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a todo o tipo de informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 7º

Cessão da posição contratual

- 1 O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações

decorrentes do contrato sem prévia autorização da entidade adjudicante.

- 2 Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - 2.1. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - 2.2. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º 57º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Artigo 8º

Notificações, Informações e Comunicações

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes deverão ser efetuadas, por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

Artigo 9º

Direito de Auditoria

1. A entidade adjudicante, reserva-se o direito de auditar os serviços prestados objeto do contrato, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aquilo que não esteja de acordo com as indicações contratuais, ou com a boa prática corrente.
2. O exercício do direito de auditoria por parte da entidade adjudicante não exclui, de forma alguma, a responsabilidade do adjudicatário no caso de verificação posterior de deficiência na execução do contrato.

Artigo 10º

Penalidades

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante pode, a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar as sanções previstas no contrato ou na lei.
2. Sempre que um nadador salvador chegar dez ou mais minutos atrasado, sem justificação válida atendível, a respetiva hora não será considerada para efeitos da faturação mensal referida.
3. Por cada hora prevista não realizada por motivos imputáveis ao adjudicatário, este ficará sujeito ao pagamento de uma multa correspondente ao valor de duas horas.
4. Qualquer substituição só poderá ser efetuada com comunicação prévia à entidade adjudicante, e respetiva autorização. Em caso de incumprimento da presente norma, o adjudicatário fica sujeito ao pagamento de uma multa correspondente ao dobro do valor das horas em situação de incumprimento.
5. Na situação referida no ponto anterior, o adjudicatário fica obrigado a proceder à entrega do respetivo certificado de habilitações, Curriculum Vitae e registo criminal.

6. Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária do fornecimento por parte do adjudicatário, este ficará sujeito ao pagamento de uma multa correspondente a duas vezes o valor das horas em falta, indemnizando o adjudicante das despesas eventualmente realizadas com o fornecimento alternativo.

Artigo 11º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 12º

Modificações Objetivas do Contrato

O contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes ou por decisão judicial ou arbitral, quando o fundamento invocado seja o interesse público, de acordo com o disposto nos artigos 311º a 315º do CCP.

Artigo 13 º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças que lhe sejam requeridas.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 14º

Resolução do contrato

1. Resolução do contrato pelo adjudicatário:
 - 1.1. O adjudicatário poderá exercer o direito a rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no Caderno de Encargos.
 - 1.2. A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar os fornecimentos num prazo de 30 dias úteis a contar da data da notificação à entidade pública contratante.
 - 1.3. O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.
2. Resolução do contrato pela entidade adjudicante:
 - 2.1. A entidade adjudicante poderá rescindir total ou parcialmente o contrato sempre que, por razões

imputáveis ao adjudicatário, o normal fornecimento se encontre gravemente prejudicado.

2.2. Para efeitos do número anterior, constituem condições rescisórias, designadamente:

2.2.1. A utilização abusiva ou acentuada deterioração das instalações, equipamento e material;

2.2.2. A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem o normal funcionamento das piscinas municipais;

2.2.3. A oposição a visitas ou operações de verificação e controlo;

2.2.4. A falta de cumprimento, em devido tempo, das suas obrigações contratuais;

2.3. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.

Artigo 15º

Produção de efeitos da rescisão do contrato

A rescisão do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

Artigo 16º

Outros encargos

Todas as despesas derivadas do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 17º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo territorialmente competente com renúncia a qualquer outro.

Artigo 18º

Prevalência

1. A adjudicação é formalizada por contrato escrito, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração, dentro do prazo referido na notificação de adjudicação.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. Fazem parte integrante do contrato os seguintes elementos:
 - 3.1. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 3.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 3.3. O presente Caderno de Encargos;
 - 3.4. A proposta adjudicada;
 - 3.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é

determinada pela ordem nele indicada.

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Artigo 19º

Disposições Finais

1. Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislações em vigor.
2. Além dos diplomas normativos a que alude este Caderno de Encargos, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável à adjudicação e não esteja em oposição com os termos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 20º

Obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. A entidade tem de ser uma associação de nadadores-salvadores legalmente reconhecida conforme artigo 38.º/3 da Lei n.º 68/2014 e artigo 20.º/2 da Portaria n.º 311/2015, na sua redação atual;
 - b. Os nadadores salvadores deverão possuir título de nadador salvador válido;
 - c. Execução atempada dos serviços;
 - d. Apresentação dos registos criminais, que deverão incluir a nota sobre o trabalho com crianças;
 - e. Posse de seguro de acidentes pessoais;
 - f. Dispor dos meios técnicos necessários à prestação de serviços em causa;
2. O Segundo Outorgante garantirá a sua participação, sem acréscimo de remuneração, nas Reuniões da Equipa para que for convocado, com a finalidade de planeamento, organização, acompanhamento e avaliação do programa.

Artigo 21º

Autonomia funcional

1. O prestador de serviços, executará os serviços objeto deste caderno de encargos sem subordinação hierárquica, competindo-lhe a preparação e planificação das atividades por que é responsável.
2. O horário que constitui parte integrante deste Caderno de encargos, poderá ser alterado de comum acordo com a entidade promotora, desde que respeite o período de funcionamento por ela definido e a carga horária semanal.

Artigo 22.º

Alteração de horas previstas

Sempre que o adjudicatário seja avisado (por telefone ou e-mail) pelo Município para a não realização de horas de vigilância, com 48 horas de antecedência em relação ao seu início, a referida hora não será debitada.

Artigo 23.º

Outras condições

1. Não obstante a penalidade referida no ponto 3 do Artigo 10.º, o adjudicatário deve procurar que todas as horas previstas se realizem, garantindo atempadamente, nos casos em que for de todo impossível a presença do nadador salvador, a sua substituição por nadador salvador de igual perfil.
2. Sempre que solicitado pelo Município, o adjudicatário deverá prestar esclarecimentos acerca dos serviços prestados e enviar os curriculum vitae, registos criminais e certificados de habilitações.